XXXIII Congresso de Iniciação Científica da Unicamp

Diálogos e disputas: uma investigação sobre ações afirmativas para pessoas Trans no Ensino Superior

Palavras-chave: Pessoas Trans e Travestis, Ações Afirmativas, Cotas Trans, Pedagogias Travestis e Epistemologias Trans

Autoras:
Paris Universe Almeida de Souza(Orientanda), FE-UNICAMP
Profª. Drª. Isadora Lins França (Orientadora), IFCH-UNICAMP
Meª. Solluá Borges de Souza (Co-orientadora) IFCH-UNICAMP

INTRODUÇÃO

Essa pesquisa investiga as ações afirmativas e permanência de pessoas trans[1] e travestis no ensino superior, com foco na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), considerando a existência de cotas trans em programas de pós-graduação da referida instituição, bem como as mobilizações estudantis e institucionais por políticas de permanência e inclusão de cotas trans também na graduação.

O estudo utiliza os documentos institucionais disponíveis sobre a temática, como editais de seleção de ingresso, além de etnografia realizada com observação participante em eventos e audiências públicas relacionados ao tema da pesquisa, promovidos tanto pelos movimentos sociais, na figura do Núcleo de Consciência Trans (NCT/UNICAMP), como das articulações institucionais, visando a adoção da política afirmativa para tal população.

A análise dos dados, entre outras referências, apoiou-se na noção de escrevivência (Evaristo, 2020), conceito que engloba escrita e vivência, na ética pajubariana e nos conhecimentos localizados das travestis (Favero, 2020). Os resultados preliminares demonstram a complexidade da luta pelas Cotas Trans e a necessidade de políticas públicas de ações afirmativas para a inclusão e o combate à transfobia na universidade pública, assim, como apontam para o papel dos movimentos sociais trans da Universidade na construção de espaços trans-pedagógicos.

A pesquisa buscou compreender como se desenvolvem as políticas políticas das ações afirmativas e a permanência de pessoas trans e travestis na universidade, levando em conta o contexto histórico e social de marginalização e luta por direitos. A justificativa se insere na importância de se entender as estratégias de inclusão e as barreiras envolvidas para garantir a permanência e o sucesso acadêmico de estudantes trans e travestis. O objetivo geral é compreender o andamento das políticas públicas das ações afirmativas e a permanência da comunidade trans e travestis na Unicamp. Já os objetivos específicos visam analisar os documentos institucionais, observar eventos e audiências públicas, interpretar os dados junto aos referenciais teóricos como a Escrevivência, a Ética Pajubariana, Pedagogia da Desobediência, Pedagogia das Travestilidades e Pedagogia Travesti.

A pesquisa se apoia em autoras como Conceição Evaristo (Escrevivência, 2020), Djamila Ribeiro

[1]Trans é o termo que será utilizado nesta pesquisa para se referir às pessoas trans e sua comunidade, assim, abrangendo todas as identidades de gênero, como mulheres trans, travestis, homens trans, boycetas, pessoas não binárias, além de incluir as pessoas que não tem conformidade com nenhum destes gêneros ou com mais de um deles.

(Lugar de Fala, 2017), Sofia Favero[2] (Ética Pajubariana, 2020), Sueli Carneiro (Epistemicídio, 2005) Maria Clara Passos[3] (Pedagogia das Travestilidades, 2022), Thiffany Odara[4] (Pedagogia da Desobediência, 2020), e outras que dialogam com a construção social da identidade, com a demanda por representatividade e com os conhecimentos e saberes localizados dos sujeitos de conhecimento e direitos. Essa literatura também ajuda a refletir sobre as estratégias pedagógicas para o combate da transfobia e a garantia da inclusão.

METODOLOGIA

O estudo realizado combina uma abordagem qualitativa, com a metodologia de revisão bibliográfica (Antônio Gil, 2008; Telma Lima e Regina Mioto, 2007), documental (Eduardo Júnior et. al., 2021 e Gil, 2008) e observação participante (Antônio Severino, 2017) em eventos, audiências públicas e atividades do Núcleo de Consciência Trans (NCT/UNICAMP) e do Grupo de Trabalho (GT) da Frente Pró-Cotas Trans (Portaria nº 48/2024 da Reitoria da Unicamp) relacionados ao tema, de modo a analisar os processos e percalços das políticas públicas para essa população.

Neste contexto, a análise dos dados coletados se ancora na interpretação dos significados simbólicos presentes nas ações e debates, usando a *"descrição densa" proposta por Clifford Geertz* (1989). Além disso, esse trabalho também analisa os documentos institucionais (editais, GR, portaria e etc) relevantes para uma maior compreensão das políticas públicas de ações afirmativas para a comunidade trans e travestis na Unicamp.

A realização da pesquisa de campo se deu com nossa inserção em eventos institucionais e estudantis, em perspectiva etnográfica, tais quais: 1ª e 2ª Audiências Públicas organizadas pelo GT de Cotas Trans visando a promoção do debate público a respeito da implementação e ampliação das políticas de cotas na Unicamp; rodas de conversa e Transsembleias (termo êmico da pesquisa que diz respeito à organização dos movimentos sociais de pessoas trans e travestis da Unicamp em forma de Assembleias Gerais, visando a deliberação de ações do movimento), um Festival de Cotas Trans e uma Virada TRANS Cultural, eventos organizados pelo Núcleo de Consciência Trans (NCT/UNICAMP).

Portanto, a pesquisa se embasa em um panorama atual sobre o tema das pessoas trans e travestis no ensino superior, tendo sido realizada uma revisão bibliográfica abrangente. A revisão incluiu a criação de uma

---

[2]Sofia Favero é doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), onde também adquiriu o título de mestra (PPGPSI). Graduada em psicologia pela Associação de Ensino e Cultura Faculdade Pio Décimo (SE). Integrante da Comissão Científica (CCAT) do Ambulatório de Cuidado Integral à Saúde da Pessoa Trans (UFS). Participa da Associação e Movimento Sergipano de Transexuais e Travestis (AMOSERTRANS). Faz parte do Núcleo de Pesquisa em Sexualidade e Relações de Gênero (NUPSEX) e representa o Conselho Regional de Psicologia (RS) no Comitê Técnico de Saúde LGBT do Rio Grande do Sul. Suas pesquisas são voltadas para temas como gênero, sexualidade, ativismo, epistemologia, infância, diagnóstico e patologização.

[3]Maria Clara Araújo dos Santos é bacharel em Pedagogia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e mestranda em Educação (Sociologia da Educação) pela Universidade de São Paulo (USP). Especialista em Estudos Afro-Latino-Americanos e Caribenhos pela Clacso/Flacso (UNESCO), com certificado do Instituto Hutchins Center, de Harvard University, realizou palestras em universidades nacionais e estrangeiras, como Harvard e Cambridge. Atualmente trabalha com temas como intersecções entre (identidade de) gênero e raça, currículo decoloniais, movimentos sociais progressistas na América Latina, transfeminismo e movimentos transnacionais de extrema direita e suas agendas educacionais antigênero.

[4]Thiffany Odara é uma ativista, pesquisadora e artista brasileira, conhecida por sua luta pelos direitos das pessoas travestis e trans. Sua pesquisa foca em ações afirmativas no ensino superior, especialmente nas políticas de cotas e nos desafios enfrentados por essa população. Além do trabalho acadêmico, Thiffany usa a arte como ferramenta de transformação social, abordando temas como identidade de gênero e resistência. Sua trajetória é marcada pelo compromisso com a justiça social e a luta por uma sociedade mais inclusiva.

tabela para organizar as informações coletadas, contendo colunas para autores, títulos do trabalho, tipo de material, link de acesso, palavras-chaves utilizadas na busca, assuntos dos trabalhos encontrados, sites de buscas utilizados, quantidade de resultados encontrados, utilização de filtros e a quantidade de material localizados com os filtros, e os anos das publicações localizadas. A busca foi direcionada para materiais publicados entre 2018 até 2025, possibilitando um estado do arte que ecoa os debates em torno das ações afirmativas e inclusão da comunidade trans e travestis no espaço acadêmico.

A partir da tabela construída, foram estabelecidas categorias que auxiliam a entender como os materiais estão interligados, além do que está sendo publicado sobre a vivência e os desafios enfrentados pela população trans no ambiente universitário. Assim, essa metodologia não apenas organizou o conhecimento e saberes existentes, mas também vislumbrou lacunas no estudo atual e contribuiu para o andamento das orientações de investigação.

RESULTADOS

Os resultados preliminares apontam a complexidade da implementação de políticas públicas de ações afirmativas para pessoas trans e travestis na Unicamp. A análise dos documentos institucionais demonstram a evolução das ações afirmativas ao longo do tempo, desde a criação do Programa Ação Afirmativa e Inclusão Social[5] (PAAIS) até a implementação das Cotas Trans nos cursos de graduação da universidade.

Durante a pesquisa, a observação participante em eventos como as Transsembleia e as Audiências Públicas afirmou a importância da atuação do NCT e do ativismo estudantil na luta por direitos e inclusão. Assim, analisando esses eventos, evidenciamos a construção de diferentes Pedagogias, como a *"Pedagogia Travesti"*, para a elaboração de ambientes de formação política, discussão e mobilização estudantil.

O ingresso na universidade é parte crucial desse processo, não apenas porque permite a essa comunidade disputar a legitimidade do conhecimento que se produz a seu respeito, mas também porque possibilita ressignificar um processo histórico de violência e marginalização que exclui pessoas trans e travestis da escola e da universidade. Favero (2020) apresenta uma investigação crítica sobre o deslocamento das travestis do lugar de objeto de pesquisa para pesquisadoras, evidenciando uma urgência para uma epistemologia específica e contextualizada, eficaz de provocar as normas e/ou ordens acadêmicas hegemônicas. A autora elabora a "ética pajubariana", como método para incluir a travestilidade e suas experiências na pesquisa, apostando na potência de saberes locais e na indagação da suposta neutralidade científica.

Destacamos que a aprovação da política de cotas para o ingresso de pessoas trans e travestis, via vestibular-Enem, na Unicamp, ocorrida no dia 01/04/2025, em votação e aprovação unânime pelo Conselho Universitário (CONSU), deu-se a partir da articulação de conjunto de atores que, a partir de seus locais de articulação com a universidade participaram ativamente dos processos de discussão e elaboração da proposta.

Destaca-se nesse contexto a participação intensa neste processo do NCT. No que se refere ao movimento social, a partir da articulação do NCT, entendemos que os espaços promovidos pelas pessoas trans e travestis podem ser considerados a partir das Pedagogias Travestis que produzem, em que articulam movimento político, ações educacionais, "afetos e fervos" na construção e ampliação de políticas públicas para grupos sociais minorizados e historicamente marginalizados.

---

[5]A pauta e ata da sessão do CONSU em que foi aprovada a criação do PAAIS. Disponível em: <http://www.comvest.unicamp.br/wp-content/uploads/2017/02/pautaconsu87adendo.pdf>. Acesso em: 01 mar 2025.

Com isso, transpasso a "[...]existência, o meu corpo, meu lugar social e de fala, reivindica toda uma estética feminista através de signos e códigos por meio do discurso político de ser uma travesti (Odara, p. 79, 2020)". Enquanto travesti, preta, ativista, pesquisadora e aluna de Pedagogia, compreendo a Pedagogia Travesti como uma realidade de ensino que reconhece as vivências, saberes, conhecimentos e resistências das pessoas trans e travestis.

Assim, essa Pedagogia não se limita apenas ao conteúdo tradicional, mas promove uma educação que valoriza o combate às opressões e discriminações históricas, como a transfobia e o racismo, desenvolvendo espaços de acolhimento e respeito à diversidade. Para mim, é essencial que a Pedagogia Travesti seja um ambiente de escuta ativa, onde a vivência da comunidade trans e travestis seja reconhecida e vista como forma legítima de produção de saberes e conhecimentos.

Thiffany Odara (2020) propõe um movimento pedagógico que visa desafiar as estruturas tradicionais de ensino e as normas sociais estabelecidas, trazendo consigo a essencialidade de questionar e resistir às práticas educacionais que perpetuam discriminação e preconceitos. Sua *Pedagogia da Desobediência* é apresentada como uma maneira de empoderamento, em que docentes e discentes são encorajados a desobedecer às normas que limitam a liberdade e a criatividade. Essa abordagem pedagógica reconhece a autonomia, a crítica e a ação transformadora.

Já Maria Clara dos Passos afirma que:

> [...] os movimentos sociais constroem saberes (Passos, p. 31, 2022).
> [...]tão vital a retomada do passado, enquanto exercício de memória, porque ele "dá sentido às lutas do presente" (Passos, p. 36, 2022).
> [...] as travestis se firmaram como pessoas capazes e qualificadas para participar, interagir e articular a construção de políticas públicas (Passos, p.75, 2022).

A noção de "Pedagogias das Travestilidades" é trazida como a necessidade de desaprender para aprender de maneira mais inclusiva e transformadora. Passos (2022) apresenta um movimento pedagógico que desafia as normas tradicionais de gênero e educação, focando-se nas experiências e saberes das travestis. Sua obra ressalta a importância de valorizar as travestilidades como modos legítimos de conhecimento e existência, possibilitando uma educação mais inclusiva, antirracista e menos excludente. Na obra, a autora sugere romper com os métodos educacionais hegemônicos, que constantemente marginalizam as identidades travestis e trans. No entanto, arquiteta uma Pedagogia que acolha a diversidade de gênero e sexualidade, a partir de narrativas e vivências das travestis como instrumentos educativos. Sua abordagem não apenas questiona as estruturas de poder dominantes da sociedade, como cria ambientes de aprendizagem em que todas as identidades sejam reconhecidas e louvadas.

Para tanto, a pesquisa destaca que a luta da comunidade trans e travestis por direitos e políticas públicas inclusivas é crucial para a construção de uma sociedade digna, justa e igualitária. Sua presença no ensino superior público possibilita o acesso e a produção de conhecimentos e saberes que desafiam o epistemicídio (Santos, Pinto e Chirinéa, 2018; Carneiro, 2005), mas é preciso ampliar ações afirmativas para garantir inclusão e representatividade no espaço acadêmico. A pesquisa contribui para o conhecimento em torno das ações afirmativas para as pessoas trans e travestis no ensino superior público, trazendo os desafios e as estratégias dessa inclusão.

BIBLIOGRAFIA

CARNEIRO, Aparecida Sueli. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. 2005. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005. Acesso em: 15 abr. 2024.

EVARISTO, Conceição et al. A escrevivência e seus subtextos. **Escrevivência: a escrita de nós: reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo**, v. 1, p. 26-46, 2020.

Favero, Sofia. "Por uma ética pajubariana: a potência epistemológica das travestis intelectuais", Equatorial, o. vol. 7, n. 12, jan./jun.2020.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. Editora Atlas SA, 2008.

JUNIOR, Eduardo Brandão Lima et al. Análise documental como percurso metodológico na pesquisa qualitativa. **Cadernos da FUCAMP**, v. 20, n. 44, 2021.

LIMA, Telma Cristiane Sasso de; MIOTO, Regina Célia Tamaso. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **Revista katálysis**, v. 10, p. 37-45, 2007.

ODARA, Thiffany. Pedagogia da desobediência: travestilizando a educação. Salvador, Devires, 2020.

PASSOS, Maria C. A. dos. Pedagogias das travestilidades. Civilização Brasileira: Pernambuco, 2022.

RIBEIRO, Djamila. O que é lugar de fala?. Belo Horizonte (MG): Letramento, 2017.

SANTOS, Elisabete Figueroa dos; PINTO, Eliane Aparecida Toledo; CHIRINÉA, Andréia Melanda. A Lei no 10.639/03 e o Epistemicídio: relações e embates. Educação & Realidade, v. 43, p. 949-967, Porto Alegre, 2018.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. Cortez editora, 2017.